

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.155 - RJ (2019/0219582-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : FUMINAS INDUSTRIA E COMERCIO DE FUNDIDOS LTDA
ADVOGADOS : MAURO CARAMICO - SP111110
ANDREA TEIXEIRA PINHO RIBEIRO - SP200557
AGRAVADO : IBEG ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : ESDRAS BRUM DE ANDRADE REDUA - RJ206579

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. **1.** VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. **2.** PRECLUSÃO E COISA JULGADA. FUNDAMENTO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. **3.** DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. **4.** AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial apresentado por FUMINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FUNDIDOS LTDA., com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que a agravante interpôs agravo de instrumento contra decisão do Juízo de primeiro grau (e-STJ, fls. 1-15), tendo o Tribunal de origem decidido, monocraticamente, não conhecê-lo (e-STJ, fls. 21-23).

Apresentado agravo interno, a Corte estadual decidiu, por unanimidade, dar-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 70-71):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDA CONSTRITIVA IMPOSTA AO PATRIMÔNIO DA EXECUTADA, ORA AGRAVANTE, EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, INDEPENDENTEMENTE DO DECURSO DO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PREVISTO NO ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/05. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA.

NULIDADE DA CONSTRIÇÃO DETERMINADA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL QUE SE RECONHECE. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. O juízo universal é o competente para os atos que importem constrição do patrimônio da empresa em processo de recuperação judicial, enquanto mantida essa condição, mesmo após o decurso do stay period. Tratando-se, portanto, de matéria de ordem pública, não há que se falar em preclusão da decisão que rejeita a alegação de nulidade da constrição;
2. O Col. Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a competência do juízo da recuperação judicial para controlar os atos de constrição e expropriação que, de alguma forma, afetem o patrimônio envolvido no processo de soerguimento. Em regra, uma vez iniciada a recuperação judicial, é fundamental que os atos constitutivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao juízo recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação, mesmo após transcorrido o decurso do prazo de 180 dias de suspensão, previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005. Precedentes;
3. Na hipótese, embora deferida a recuperação judicial da executada em 06/07/2016, foi determinado pelo juízo de origem, em 09/08/2016, o bloqueio e transferência de valores para conta à disposição do juízo, sendo a indisponibilidade convertida em penhora em 18/01/2017. Nulidade da constrição que se reconhece, porquanto não compete ao juízo da execução individual;
4. Provimento do recurso.

Apresentados embargos de declaração pela parte agravante, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 104-106).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 108-120), fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, a recorrente alegou violação aos arts. 223, 505, 507, 508, e 1.022, II, do CPC/2015, além de afirmar a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustentou que o acórdão recorrido foi omissivo, uma vez que deixou de se pronunciar em relação à preclusão e à coisa julgada, as quais também são matéria de ordem pública.

Destacou que a questão relativa à liberação de valores já havia sido decidida na primeira instância, sem que fosse interposto recurso no momento oportuno.

Esclareceu que a decisão em que o Juízo de primeira instância indeferiu o pedido de liberação de valores em razão da recuperação judicial da ora recorrida, porque já decorrido o *stay period*, submeteu-se aos efeitos da preclusão consumativa e da coisa

julgada.

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fls. 136-149).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial por não vislumbrar a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 e em razão da incidência da Súmula 83/STJ.

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 184-189 (e-STJ), e contraminuta apresentada às fls. 194-202 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, cabe esclarecer que os embargos de declaração se revestem de índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Outrossim, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

No caso, cumpre asseverar que o acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, decidindo apenas de forma contrária à pretensão da parte recorrente. Não há, portanto, omissão ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que deve ser rejeitada a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO
CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU
PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO
REQUERENTE.

1. O Tribunal de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 1.022 do CPC/15.

2. Esta Corte Superior firmou posicionamento no sentido de que a baixa de demora de gravame de veículo adquirido por alienação

fiduciária não configura dano moral in re ipsa. Incidência da Súmula 83/STJ.

2.1. No caso em tela, a revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a inexistência de circunstâncias outras a comprovar o dano sofrido. Incidência da Súmula 7/STJ.

2.2. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice impede o exame do dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1666231/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/06/2019, DJe 06/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. OMISSÃO INEXISTENTE. DOCUMENTO. PRAZO. ARQUIVAMENTO. RENÚNCIA. PRESCRIÇÃO ANTECIPADA INADMISSÍVEL. AUSÊNCIA DE PROVA. EQUIPAMENTO. ENTREGA E INSTALAÇÃO. MATÉRIA PROBATÓRIA. REEXAME. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Na hipótese, não subsiste a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade.

3. A lei não admite a renúncia antecipada aos efeitos da prescrição, mas somente depois de exaurido o prazo correspondente. Precedente.

4. O tribunal local, após a análise das provas, concluiu pela existência da dívida. Rever tal posicionamento atrai o óbice da Súmula nº 7/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1365839/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 29/05/2019)

Ademais, quando do julgamento do agravo interno, o Tribunal *a quo* concluiu (e-STJ, fls. 72-83, sem grifo no original):

Inicialmente, oportuno esclarecer a cronologia dos atos processuais, havidos no processo de origem, consistente em ação de execução de título extrajudicial - duplicata - proposta por Fuminas Indústria e Comércio de Fundidos Ltda. em face de IBEG Engenharia e Construções Ltda.

Na decisão de índice 74, proferida em 09/08/2016, o juízo a quo determinou medida acautelatória consistente no bloqueio e transferência do valor executado - R\$ 25.895,06 - para conta à

disposição do juízo, bem como a citação do executado para pagamento em 03 (três) dias.

No mesmo dia, o executado manifestou-se nos autos informando ao juízo o deferimento, em 06/07/2016, de sua recuperação judicial, e pugnando pelo desbloqueio dos valores ou, caso já transferidos para conta judicial, pelo seu levantamento. Subsidiariamente, pugnou pela transferência dos valores para o juízo recuperacional - 4a Vara Empresarial da Capital - (índex 77). Já em índex 100, o executado informa a oposição de embargos à execução, distribuído no dia 29/08/2016 (processo n. 0028324- 91.2016.8.19.0209).

Sobreveio a decisão de índex 104, proferida em 18/01/2017, em que o juízo de origem converteu a indisponibilidade em penhora, indeferindo, por hora, o levantamento da quantia penhorada pelo exequente, e asseverando que o prazo de suspensão decretado pelo juízo recuperacional findou em 02/01/2017.

Opostos, pelo executado, embargos de declaração da decisão (índex 110), foi o recurso desprovido (índex 122), do que foi ele intimado em 30/06/2017 (índex 130), não mais se manifestando.

Sobreveio a decisão de índex 132, proferida em 14/08/2016, e da qual foi o executado intimado em 04/09/2017 (índex 138), determinando a sua intimação acerca da penhora.

Intimado da penhora (cf. índex 140 e 159), manifestou-se o executado em índex 149, asseverando a ilicitude da constrição realizada no período de suspensão das execuções, violando as disposições da Lei de Recuperação e Falências, e requerendo a imediata restituição do valor penhorado. Subsidiariamente, requereu seja o exequente impossibilitado de efetivar o levantamento, eis que ainda pendente julgamento dos embargos à execução.

Sobreveio a decisão de índex 162, assim proferida:

"Fls. 157 - Nada a prover, seja pela inaplicabilidade do artigo 854, §3" do CPC/2015 às pessoas jurídicas, seja porque a questão da constrição ter sido realizada no stay period já foi enfrentada pelo Juízo, tendo ocorrido a preclusão. Retifique-se o polo passivo para constar "em recuperação judicial".

Após o julgamento dos embargos, voltem."

Opostos embargos de declaração pelo executado (índex 174), foi o recurso desprovido, conforme se infere da decisão em índex 182, da qual foi o executado intimado em 27/02/2018 (índex 191).

Interpôs o executado, então, agravo de instrumento, em 08/03/2018, pretendendo a declaração de nulidade da penhora efetivada e restituição dos valores.

Assevere-se, ainda, que não foi proferida sentença nos embargos à execução, embora remetidos ao Grupo de Sentença em 29/01/2018, conforme se infere daqueles autos, em apenso (proc. n. 8 0028324-91.2016.8.19.0209).

Pois bem.

Desse relato, infere-se que, deferida a recuperação judicial da empresa executada em 06/07/2016 (índex 88), o juízo de origem efetivou ato de constrição em momento posterior, eis que, em 09/08/2016, determinou o bloqueio e transferência de valores para

conta judicial (índex 74), e, em 18/01/2017, converteu a indisponibilidade em penhora (índex 104). Denota-se, ainda, inexistir sentença transitada em julgado acerca da questão.

Neste sentido, esclareço, de início, ser possível o revolvimento dos fatos havidos neste processo, porque em discussão, em última análise, a possibilidade de que um magistrado, que não seja o condutor do processo de recuperação judicial, possa, ao tomar decisões relativas a constrições e levantamento de bens pertencentes à empresa em recuperação, sem se saber, minimamente, se aquele patrimônio levado à efeito pela penhora, era essencial à atividade empresarial, cuja reorganização se busca alcançar.

Digo isso, porque estaremos diante uma discussão a respeito da competência para a tomada de decisões que, como tal, refere-se a uma questão de ordem pública que, como cediço, não se submete à preclusão.

Ainda, havendo a suspensão decorrente do deferimento do processamento da recuperação judicial, os atos de constrição se tornam sem efeito, cabendo unicamente ao juízo recuperacional as decisões sobre os ativos da empresa.

Seja por força do art. 6², seja em razão da parte final do § 3⁸ do art. 49, ambos da Lei 11.101/05, e, por fim, por respeito ao que preceitua o art. 47 do mesmo diploma¹, qualquer decisão que diga respeito a higidez do patrimônio da empresa submetida à recuperação judicial, deve se submeter à sindicância do juízo empresarial, único que detém competência para tanto.

Aqui, inclusive, a despeito do stay period, que já seria o suficiente para se desprestigiar a reconhecida figura do juízo universal para os atos de constrição em recuperação judicial, é relevante o entendimento mais consentâneo com o propósito do processo de reestruturação que, com bastante simplicidade, em artigo jurídico², foi assim definido por Bruno Kurzweil de Oliveira e Ana Paula Comodo, sobre a correta interpretação da Súmula 480 do STJ. Confira-se:

[...]

Assevere-se, mais uma vez, que o juízo universal é o competente para os atos que importem em constrição do patrimônio da empresa em recuperação judicial, enquanto mantida essa condição, mesmo após o decurso do prazo de suspensão de 180 dias, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.

Assim, evidencia-se a nulidade tanto da indisponibilidade dos ativos da recuperanda durante o stay period, quanto da sua conversão em penhora, decretada, segundo o juízo de origem, após o término do período de suspensão das execuções.

[...]

Diante do exposto, assentada a competência absoluta do juízo recuperacional para atos de constrição do patrimônio da empresa recuperanda, e, portanto, da incompetência do juízo de origem para tanto, tem-se pela nulidade da penhora por este determinada.

Diante do exposto, voto no sentido de CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso, para declarar a nulidade da penhora efetivada, e determinar a imediata restituição dos valores ao

agravante.

Entretanto, da leitura das razões do recurso especial, nota-se que a fundamentação utilizada pela Corte local para firmar seu convencimento não foi inteiramente atacada pela recorrente. Dessa forma, sendo a aludida motivação apta, por si só, para sustentar o *decisum* combatido, aplica-se na espécie, por analogia, o óbice da Súmula n. 283 do STF.

Além disso, a parte recorrente sustenta a existência de dissídio jurisprudencial, contudo, não há que falar em conhecimento do apelo especial pela alínea *c* do art. 105 da CF. Isso porque a parte insurgente não efetivou o devido cotejo analítico nos termos regimentais, limitando-se a transcrever a ementa do acórdão tido por paradigma, sem demonstrar a similitude fática com o caso em tela.

Prudente consignar que o recurso fundado na alínea *c* do permissivo constitucional pressupõe a demonstração analítica da alegada divergência. Assim, "exige-se que o recorrente demonstre, 'analiticamente', que os 'casos são idênticos e mereceram tratamento diverso à luz da mesma regra federal'".

Portanto, para a demonstração da divergência, faz-se necessária a transcrição dos trechos que configuram o dissenso, mencionando as circunstâncias que identificam os casos confrontados (não se mostrando suficiente a mera transcrição de ementas), nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA DE PRAZO. CONDUTA OMISSIVA E CULPOSA DE ADVOGADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

2. Esta Corte possui entendimento no sentido de que a divergência jurisprudencial, nos termos do artigo 266, § 1º, c/c o artigo 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração com a transcrição dos trechos dos julgados que configurem o dissídio, mencionando-se as

circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações (AgRg nos EREsp nº 1.213.614/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Segunda Seção, j. 13/4/2016, DJe 18/4/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REDUÇÃO DO VALOR. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO QUANTUM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

2. A insurgência contra o valor arbitrado a título de indenização por dano moral esbarra na vedação prevista na referida súmula.

Apenas em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a quantia fixada, é possível a revisão do quantum por esta Corte, situação não verificada no caso dos autos.

3. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, a demonstração do dissídio mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e a realização do cotejo analítico entre elas, nos moldes exigidos pelos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp n. 1.334.958/AM, Relator Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 9/12/2014, DJe 16/12/2014).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator